

A CRISE UCRANIANA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

The Ukrainian Crisis and its implications to International
Relations

*Fabiano Mielniczuk*¹

Introdução

Desde o fim da guerra fria, o Ocidente, representado pela OTAN e pela UE, iniciou sua expansão para a área de influência da antiga URSS. A justificativa oficial baseava-se na hipótese de que a segurança do continente dependeria da implementação de regimes com democracia política e economia de mercado na região, tendo em vista que “democracias não lutam contra democracias”. Todavia, na prática, o processo de expansão representou a manutenção das políticas de contenção à URSS aplicadas agora à Rússia, uma vez que esse país foi deixado de fora dos arranjos institucionais pensados pelos ocidentais. Aliada a uma grave crise econômica dos anos 1990, tal exclusão fomentou o antiocidentalismo na população russa, sentimento importante para se entender a legitimidade de iniciativas antagônicas aos interesses ocidentais por parte de seu governo (ARBATOV 1993; LYNCH 2001; MIELNICZUK 2014).

Desde sua independência a Ucrânia soube se valer de sua posição intermediária, e utilizou a Europa e os EUA para contrabalançar a influência russa e a Rússia para contrabalançar a influência dos ocidentais. Rússia e Ucrânia quase entraram em guerra nos anos 1990 devido aos movimentos separatistas da Criméia e às disputas em torno da base militar de Sevastopol e do arsenal nuclear, ambos legados da URSS (SIMONSEN 2000). Nesse período, o apoio dos europeus e dos norte-americanos foi fundamental

¹ Doutor em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-Rio, Diretor da Audiplo: Educação e Relações Internacionais, Pesquisador do Grupo de Pesquisas sobre Potências Médias (PUC-Minas) e professor da Uniritter (Porto Alegre). Email: fpmiel@gmail.com.

para que os ucranianos equilibrassem as relações com a Rússia. No final dos anos 1990, com a desilusão dos ucranianos a respeito dos pífios resultados econômicos, ocorreu uma inflexão pró-Rússia. Os generosos subsídios oferecidos por esse país ao setor energético ucraniano trouxeram conforto para uma elite política que se mantinha no poder por meio de práticas condenáveis (BALMACEDA 1998). Com a crescente e justificável insatisfação popular em relação à administração Kuchma e a ativa participação de governos ocidentais na Revolução Laranja, inaugurou-se uma nova fase europeia na Ucrânia, tendo como presidente Yushchenko (KUZIO 2005). Novamente, frente à falta de assertividade da Europa em promover mudanças econômicas, o apoio da população ao pró-ocidentalismo do governo esmoreceu e a Ucrânia voltou a ter uma postura mais ponderada, com a eleição democrática de Yanukovich, mais próximo da Rússia (KUZIO 2010).

Yanukovich mantinha a clássica postura de barganhar com os dois vizinhos até que sua opção por abandonar as negociações de um acordo comercial com a UE e aderir a uma iniciativa econômica russa encontrou forte resistência da população e as manifestações que se seguiram resultaram em sua derrubada. Os acontecimentos anteriores a esse episódio e os desdobramentos posteriores ficaram conhecidos como a crise ucraniana, o ponto mais tenso nas relações entre a Rússia e o Ocidente desde o fim da Guerra Fria. Como o título sugere, o presente artigo trata da crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. Para tanto, o texto está dividido em mais cinco seções. Na seção 2, são apresentados os acontecimentos que deram origem à crise e seus desdobramentos até a anexação da Criméia pela Rússia. Na seção 3, os argumentos ocidentais contra a anexação russa são contrastados com os argumentos russos, de modo que a lógica por trás das ações de Moscou fique mais clara. A seção 4 retoma os acontecimentos após a anexação da Criméia, com as tentativas fracassadas de evitar a escalada das tensões rumo a conflitos militares. Na seção 5, três possíveis cenários da crise ucraniana são sugeridos e suas implicações para as relações internacionais são avaliadas. As considerações finais apresentam uma crítica explícita à estratégia ocidental para lidar com a Ucrânia e reforçam a necessidade de se tratar da Rússia sem referências obsoletas ao período soviético.

Da crise à anexação da Criméia

Os analistas que apóiam a aproximação da Ucrânia à UE afirmam que o pano de fundo para os protestos que levaram ao Golpe que derrubou Yanokovich foi a situação econômica do país. Com uma mentalidade dos anos 1990, reiteram que a única alternativa à Ucrânia seria a de aprofundar os laços econômicos com a UE, liberalizando (ou melhor, modernizando, no discurso oficial) sua economia e promovendo maior interdependência com a Europa como forma de fugir das chantagens econômicas russas (EDLER 2014). Entretanto, após o colapso econômico de 2009, quando a economia recuou 14% em razão da crise mundial de 2008, a Ucrânia tem tido níveis de crescimento compatíveis com os dos demais países europeus. Por outro lado, parece pouco provável que depois do vergonhoso resultado eleitoral de 2010, no qual o candidato à reeleição e líder da Revolução Laranja, o pró-ocidental Victor Yushchenko, obteve aprox. 5% de votos no primeiro turno, a população da Ucrânia fosse optar por uma ruptura institucional violenta que colocasse no poder líderes que vêem o FMI como salvação para a economia do país - o mesmo FMI que rompeu um acordo de empréstimo de 15 bilhões de dólares com a Ucrânia, em 2010, após Yushchenko aumentar o salário e as pensões dos ucranianos.

Parece que as causas para a crise ucraniana são mais complexas. Deve-se considerar, pelo menos, três fatores. Em primeiro lugar, a incapacidade do governo Yanukovich de resolver os problemas de transição para uma economia capitalista que o país enfrenta desde sua independência, em 1991, e que foi agravado pelas promessas de ganhos econômicos não cumpridas do período pós-Revolução Laranja de 2004. A falta de transparência na gestão do país e um ambiente corrupto para os negócios também entram nesse cenário de problemas não resolvidos (KUZIO 2006). A segunda causa diz respeito à uma tendência em toda a Europa, a ascensão de movimentos nacionalistas, com feições nazi-fascistas. Na Ucrânia essa tendência se materializou no partido Svoboda, que alcançou em torno de 10% do apoio da população nas últimas eleições parlamentares. Com um discurso baseado na xenofobia e na pureza nacional, contra russos e contra judeus, os adeptos desse partido fizeram parte de uma facção chamada

“setor de direita”, que esteve na vanguarda violenta dos movimentos na praça Maiden (FOXALL e KESSLER 2014). Por último, deve-se ressaltar o papel da UE, que estimulou a população da Ucrânia a tomar as ruas após o fracasso das negociações de adesão do país a um acordo de livre-comércio com a Europa. Essa postura de ingerência externa da UE nos assuntos ucranianos fica bastante explícita no famoso discurso de Durão Barroso sobre uma nova narrativa para a Europa, proferido na Assembléia Geral da Comissão Européia, em Milão, no dia 09 de dezembro de 2013. Em uma expressiva passagem, o diplomata é bastante taxativo sobre as manifestações de Kiev:

“When we see in the cold streets of Kiev, men and women with the European flag, fighting for that European flag, it is because they are also fighting for Ukraine and for their future. Because they know that Europe is not just the land of opportunity in terms of economic development, because they have seen what happened in Poland or what happened in the Baltic countries, but also because Europe is the promise of hope and freedom. And I think the European Union has the right and the duty to stand by the people of Ukraine in this very difficult moment, because they are giving to Europe one of the greatest contributions that can be given.” (BARROSO 2014)

Depois de ter acendido o pavio, os líderes Europeus foram cínicos ao negociar com opositores que não tinham legitimidade frente aos extremistas. Durante as manifestações, a extrema direita tomou conta da situação e passou a expulsar manifestantes pacíficos dos prédios ocupados. O “setor de direita” foi fundamental para isso. Existem, inclusive, laços dos nacionalistas ucranianos com grupos paramilitares que lutaram na Chechênia contra os russos, e a confirmação de que muitos “manifestantes” são paramilitares treinados. Esses grupos não tinham outro objetivo senão a derrubada do presidente (cf. o documentário *Ukraine Burning*, do VICE NEWS 2014).

Ademais, a União Européia e os Estados Unidos agiram de maneira precipitada ao reconhecerem um governo que derrubou um presidente democraticamente eleito e que é formado, também, por esses extremistas. A justificativa para tal posição se fundava na alegação de que o governo de Yanukovich havia sido responsável pela morte dos manifestantes em Kiev. No dia 05 de Março, o vazamento de uma gravação telefônica entre o Ministro das Relações Exteriores da Estônia, Sr. Urmas Paet, e a chefe das Relações Exteriores da UE, Sra. Catherine Asthon, deixa claro que os

Europeus sabiam que o início dos tiros feitos por *snippers* partiram de grupos relacionados às milícias ultra-nacionalistas, os quais buscavam como alvo tanto as forças policiais quanto os manifestantes (GANDER 2014). Isso reforça a alegação dos russos de que os acontecimentos de Kiev foram protagonizados por grupos que ameaçam a segurança dos russos no país e justificaria, portanto, a ocupação da Criméia.

De fato, no dia 16 de Março de 2014, pouco menos de um mês após da derrubada de Yanukovich, um referendo realizado na Criméia chancelou o futuro da região. Mais de 90% da população local votou pela incorporação de seu território à Rússia. Em poucos dias, o governo de Moscou oficializou a anexação e passou a considerar a Criméia como parte da Federação Russa. Logo, a tensão em torno da presença de militares ucranianos em bases localizadas na península foi dissipada por meio de acordos que garantiram sua retirada da região em segurança. Em poucas semanas, o primeiro-ministro russo, Dmitri Medvedev, visitou a Criméia e prometeu investimentos significativos por parte da Federação. Em meados de abril, o presidente Putin assinou um decreto restituindo os direitos dos tártaros na Criméia, em reconhecimento às injustas deportações promovidas por Stálin após o término da II Guerra Mundial (WILLIAMS 2014; KOROTAEV 2014).

Dois pesos e duas medidas? O Ocidente contra a Rússia

Os europeus e norte-americanos acusam os russos de serem incoerentes, de defenderem o princípio da não-intervenção em outros casos e de o desrespeitarem no caso da Ucrânia. Todavia, as comparações são qualitativamente inadequadas. Sem manifestar juízo de valor a respeito da atitude russa sobre a península ucraniana, cabe lembrar que as últimas três intervenções (ou tentativas) condenadas pelos russos e lideradas pelos ocidentais são bastante diferentes do que aconteceu na Criméia.

A primeira foi baseada em mentiras - supostas ligações de Saddam com a Al-Qaeda e a existência de armas de destruição em massa foram comprovadamente fabricadas por setores do governo norte-americano para legitimar a invasão do Iraque, em 2003 (TAYLOR 2013; NORTON-TAYLOR 2013). A segunda, na Líbia, decorreu de uma divergência na interpretação de uma resolução do conselho de segurança das

Nações Unidas que, segundo os russos, não autorizava a intervenção, mas mesmo assim ela foi levada adiante. O próprio fato de haver uma resolução com apoio da Rússia indica um certo grau de cooperação entre as potências para a resolução da Crise na Líbia. Na visão dos russos, sua boa vontade foi retribuída com traição por parte do Ocidente (BOOTH 2011). Por último, a intervenção da Síria não ocorreu por conta da oposição russa e da proposição de um plano para a retirada das armas químicas do território sírio. Posteriormente, a justificativa utilizada pelo presidente Obama para que houvesse uma intervenção armada, de que o governo de Bashar Al Assad havia utilizado armas químicas contra os rebeldes, foi comprovada falsa por um estudo de especialistas do MIT (MACKENZIE 2014; PARRY 2013). De todo modo, nesses três casos, não existia um número significativo de cidadãos, sejam europeus, sejam norte-americanos, que estivessem em risco e pudessem justificar uma atitude belicosa contra um Estado soberano. Por trás da defesa de valores universais que legitimassem intervenções humanitárias, existiam também interesses econômicos bastante palpáveis.

No caso da Rússia, também existem interesses econômicos (gás) e geopolíticos (base militar de Sevastopol) em jogo, mas os termos nos quais essas questões tinham sido resolvidas nos últimos anos foram bastante favoráveis à Rússia, e não serviriam de motivação para uma ação militar. Aqui, ao que parece, as justificativas de intervenção humanitária não são vagas: existem quase 9 milhões de russos em território ucraniano, que viram o parlamento pós-Yanukovich tentar rebaixar sua língua do *status* de idioma oficial do país, e que temem a presença de nacionalistas anti-russos no governo provisório. A atitude russa é a materialização da promessa de que nenhum russo fora do território do seu país depois do fim da URSS seria tratado como cidadão de segunda classe. De fato, existiam em torno de 25 milhões de russos fora da Rússia depois do colapso da União Soviética, e a maioria deles foram desprovidos de seus direitos básicos (propriedade, idioma, emprego, voto, etc...) durante uma boa parte desse período. Na época, a fraqueza do governo de Ieltsin e seu alinhamento incondicional com o Ocidente impossibilitaram qualquer atitude proativa de Moscou para garantir esses direitos. Embora tenha sido bastante lenta, a incorporação dos países do leste na união Européia contribuiu para atenuar essa discriminação, mas não para terminar

definitivamente com ela. Pelo contrário, a UE aceitou a aberração jurídica criada pela Letônia e Estônia de chamar os russos que viviam nesses países desde a II Guerra Mundial de “não-cidadãos”, ou seja, pessoas que possuem todos os direitos dos cidadãos, mas que não possuem direito de votar ou de ocuparem cargos públicos (KOCHENOV e DIMITROVS 2013; RAUN 2011). Por conta desse precedente, a UE não tem legitimidade para garantir o respeito às minorias russas na Ucrânia, na visão da Rússia. Por esses motivos, a intervenção russa na Ucrânia não pode ser comparada às intervenções ocidentais em outros países.

Rumo à escalada do conflito

Apesar da oposição das minorias tártaras e ucranianas, a anexação da Criméia ocorreu sem incidentes violentos graves e foi recebida com uma certa resignação pela comunidade internacional. A reação imediata dos EUA e da Europa restringiu-se à imposição de sanções econômicas a políticos próximos ao presidente Putin. Notou-se, inclusive, certa relutância dos europeus em defender medidas mais assertivas na esfera econômica por conta da dependência desses países em relação ao fornecimento de gás russo. Todavia, as consequências da incorporação de uma parte da Ucrânia pela Rússia após reconhecimento da vontade da população local logo foram sentidas em outros lugares. Na região separatista moldava da Transdnístria, que se mantém como um estado independente de fato desde o fim da URSS, a população russa solicitou à Moscou que procedesse a sua anexação ao território da Rússia. Quase que simultaneamente, militantes armados pró-Moscou tomaram várias cidades em Donetsk e Kharkiv. Temendo que o cenário da Criméia se repetisse nessas regiões, o governo de Kiev autorizou o envio de forças militares encarregadas de levar a cabo uma operação “antiterrorista” contra os russos rebelados. Composta por contingentes regulares do exército ucraniano e por membros da recém criada “Guarda Nacional” – organização que abrigara os paramilitares envolvidos nas manifestações da Maidan – as forças ucranianas não conseguiram retomar o controle sobre a região leste, apesar de algumas escaramuças terem resultado em baixas dos dois lados.

Em meio ao aumento das tensões, os encarregados dos assuntos estrangeiros da Rússia, dos Estados Unidos, da União Européia e do governo interino ucraniano reuniram-se em Genebra, no dia 17 de abril, e emitiram uma declaração comprometendo-se com o início do processo para a regularização da situação na Ucrânia, incluindo o envio de observadores de OSCE para o país (SHOTTER 2014). Entretanto, o documento não foi observado pelos grupos pró-Rússia, que se negaram a depor suas armas e a abandonar os prédios públicos ocupados, nem pelo governo interino de Kiev, que determinou o retomada das operações “antiterrorismo”. De fato, o encontro em Genebra produziu em palavras um resultado que contradiz a ação das partes envolvidas e por isso já nasceu seriamente ameaçado. Da parte ocidental, cabe lembrar que o anúncio das operações militares do governo de Kiev contra os grupos armados do leste ocorreu imediatamente após a visita de John Brennan, chefe da CIA, à Ucrânia (KAYLAN 2014). Da mesma forma, a retomada das iniciativas militares após a declaração de Genebra e a trégua de páscoa foi anunciada no dia em que o vice-presidente dos Estados Unidos encerrou uma visita oficial ao país (WILSON 2014). Do lado russo, a presença de aproximadamente 40 mil soldados de prontidão na fronteira com a Ucrânia contribui para encorajar os grupos para-militares pró-Moscou que ocupam as cidades do leste do país, embora o Kremlin afirme que não tenha relação alguma com a atuação desses (CENDROWICZ 2014). Mesmo sem controlar as operações paramilitares desses cidadãos ucranianos de origem russa, a Rússia dá a entender que qualquer tentativa de retomada dessas cidades pela força serviria como justificativa para uma nova incursão russa em território ucraniano.

A nova escalada nas tensões envolvendo a Ucrânia é fruto das estratégias adotadas tanto pelo Ocidente quanto pela Rússia. Com medo do “cenário da Criméia”, os Estados Unidos endossaram as medidas do governo interino para reaver o controle das cidades do leste, em que pese sua falta de capacidade militar para fazer frente a um possível conflito com a Rússia. Tendo em vista as reiteradas afirmações da OTAN de que o envolvimento militar da Aliança no conflito estaria descartado, essa postura implicou a aceitação do elevado risco de que o território da Ucrânia fosse mais uma vez ocupado pela Rússia, porém, desta vez, com graves conseqüências para a manutenção

do governo interino e do próprio estado ucraniano caso esse sofresse uma derrota militar. Em contrapartida, é razoável supor que a falta de empenho da Rússia em dissuadir os grupos rebeldes a depor as armas tenha sido vislumbrada como estratégia de pressão para que o governo de Kiev aceitasse discutir a federalização do país. Mas o governo interino, respaldado pelo Ocidente, negou-se a iniciar a elaboração de uma nova constituição antes das eleições presidenciais do dia 25 de maio. Nesse contexto, os grupos rebeldes deixaram de ser um meio para a consecução de um fim e tornaram-se um fim em si mesmo, não restando muito à Rússia senão honrar sua promessa de defendê-los quando o risco do conflito for iminente. Em suma, a estratégia de maximização dos ganhos de todos os envolvidos reduziu o espaço para a negociação, e o retrocesso na escalada parece cada vez menos provável.

Cenários possíveis e suas implicações para as relações internacionais

Faz-se necessário questionar o motivo pelo qual o Ocidente e a Rússia estão assumindo riscos tão elevados na crise da Ucrânia. Prontamente, duas hipóteses se apresentam: ou os envolvidos não conseguem ver com clareza os riscos; ou assumem a possibilidade de diferentes cenários e, a partir do cálculo dos custos e benefícios de cada um deles, tomam suas decisões em busca do melhor resultado possível. Enquanto a primeira hipótese pode ser utilizada para explicar a eclosão das duas grandes guerras mundiais, não parece razoável supor que ela se aplique no caso ucraniano. Além das garantias dadas pela OTAN, deve-se ponderar que o arsenal nuclear da Rússia exerce um efeito dissuasório que garante o não envolvimento militar dos EUA e da Europa no conflito. Acrescente-se o fato de os russos exercerem forte influência econômica sobre a Europa por conta do fornecimento de energia, o que dificulta a coordenação de medidas comuns entre os aliados ocidentais. Ademais, a Rússia é reconhecidamente superior militarmente e sua intenção de intervir em partes da Ucrânia para defender os interesses dos russos já foi posta em prática no caso da Criméia. Portanto, é razoável supor que tanto o Ocidente quanto o governo interino da Ucrânia saibam que qualquer ação de maior monta contra os russos do leste desencadeará o uso da força por parte da Federação Russa.

Portanto, o respaldo dado pelo Ocidente ao governo interino da Ucrânia em suas ações contra os russos no leste implicará a reação russa, que certamente resultará em violência. Com base nos acontecimentos recentes, três cenários podem ser imaginados entre os dois extremos de um contínuo que varia entre o mínimo e o máximo grau de envolvimento e uso da força por parte da Rússia. Infelizmente, cada um deles tem o potencial para se tornar em um degrau no espiral de acontecimentos que pode levar ao cenário pior.

No primeiro cenário, as forças ucranianas da operação “antiterrorismo” entram em confrontos localizados com os rebeldes russos, os quais ocasionam poucas baixas e, não sendo bem sucedidas em retomar as cidades rebeladas, optam pela estratégia de cerco de modo a cortar suas linhas de mantimentos e suprimentos militares. Nesse caso, a crise poderia durar alguns meses e a Rússia se limitaria a alimentar os rebeldes de regiões não ocupadas com armamentos e incentivar o início de ações militares que buscariam romper o cerco das outras regiões. Nesse contexto, não haveria aumento significativo de sanções econômicas por parte do Ocidente contra a Rússia. Caso esse cenário não resulte na deposição das armas pelos rebeldes, a probabilidade de um conflito maior aumentaria e a intervenção russa seria inevitável.

Neste caso, a situação passaria para o segundo cenário, no qual russos fariam uma intervenção localizada nas cidades cercadas, expulsariam os soldados ucranianos – com um número de baixas significativamente maior, embora ainda limitado - e estabeleceriam perímetros de segurança para as populações russas no leste da Ucrânia, com a promessa de retirada caso um acordo garantisse uma constituição federalista no país. Nesse caso, aumentariam as sanções econômicas ocidentais contra os russos e a economia européia sofreria com a instabilidade no fornecimento de energia. O processo seria revertido se o governo ucraniano aceitasse as imposições russas. Caso contrário, a situação daria origem ao próximo cenário.

No terceiro cenário, os ucranianos reagiriam à investida russa e o mundo presenciaria uma guerra em território ucraniano, nos mesmos moldes da guerra entre Rússia e Geórgia de 2008. Rápida, e com uma vitória avassaladora da Rússia, o conflito resultaria na ocupação militar da maior parte do leste e do sul da Ucrânia, onde vivem

mais de 7 milhões de russos. Os ucranianos seriam forçados a aceitar a situação de fato; caso contrário, iniciariam uma guerra civil contra a ocupação russa. Por mais irrealista que pareça essa última alternativa, tal opção seria vista com bons olhos por alguns setores ocidentais, como forma de fomentar um conflito que desgastaria o governo russo a médio e longo prazo frente a opinião pública russa e mundial. Para evitar a guerra civil, uma invasão russa nesse cenário envolveria uma atividade militar de grande envergadura, com um elevado número de baixas e ações que não se restringiriam apenas aos territórios do leste. Na assinatura de um armistício, uma nova linha de divisão seria traçada no território ucraniano.

Internacionalmente, quanto maior a aproximação ao terceiro cenário, maior será a busca pela Rússia de alianças com países que possam representar novos pólos de poder. Por conta disso, países importantes econômica e militarmente receberão da Rússia ofertas mais atrativas para o fortalecimento das suas relações, como é o caso da China e da Índia. Do lado ocidental, muita energia será gasta para manter a unidade entre os europeus. Esses encontram-se divididos entre o medo dos países recém-chegados do leste da Europa contra uma ameaça russa e as potências mais experientes, que sabem da importância da Rússia para a manutenção da estabilidade no continente. Há ainda a divisão entre Europeus e norte-americanos; ao passo que esses últimos pretendem impor sanções econômicas mais abrangentes contra a Rússia, os primeiros temem os efeitos de tais medidas em suas economias e a inação ocidental aumenta o espaço de atuação da Rússia em detrimento do novo governo interino de Kiev. Como alternativa, os norte-americanos buscam reforçar outras alianças como forma de dissuasão. As declarações do presidente Obama no Japão reiterando o apoio dado ao país nas disputas com a China sobre o status das ilhas Senkaku são, sobretudo, um aviso sobre o modo como o estreitamento das relações entre Rússia e China será tratado pelos EUA no futuro. Ao que parece, uma nova linha divisória na Ucrânia tem o potencial de criar uma nova configuração de poder mundial.

Considerações Finais

Os interesses dos manifestantes da Maidan eram legítimos. De fato, a possibilidade de manifestações pacíficas contra ações governamentais que desagradam a um grande número de pessoas é a essência da democracia. Todavia, democracia implica o respeito às regras institucionais e, a um ano do término do mandato do presidente, a estratégia democrática seria a de enfraquecer o governo com essas manifestações, de modo a favorecer a chance de candidatos que tivessem como principal plataforma política nas eleições de 2015 a adesão da Ucrânia a um acordo de livre comércio com a União Européia. Se a Europa e os Estados Unidos tivessem optado por esse tipo de engajamento na crise ucraniana, o debate sobre os rumos do país teria se fortalecido durante as eleições e dificilmente uma decisão favorável ao ingresso em um acordo de livre comércio, tomada por um presidente democraticamente eleito, poderia ser revertida. O problema é que o Ocidente, que até então tratava Yanukovich como um interlocutor legítimo, passou a considerá-lo como um traidor após o abandono das negociações com a UE e a opção pela Rússia. A denúncia da traição de Yanukovich pelos líderes europeus incendiou a população e criou um senso de urgência, como se a possibilidade de uma aproximação com a UE fosse perdida para sempre. Nesse contexto, os movimentos extremistas ganharam fôlego e passaram a dominar as manifestações, que a partir de então tiveram como principal objetivo a deposição do presidente, fora dos marcos institucionais legais. Por um erro terrível da diplomacia ocidental, os ideais democráticos foram traídos por aqueles que mais pretendem defendê-los nos fóruns internacionais.

Os russos reagiram de maneira previsível para aqueles que acompanham a vida política do país e enxergam a Rússia como ela é. Já aqueles que tendem a olhar para a Rússia e enxergar “o expansionismo da antiga União Soviética,” paradoxalmente, não conseguiram vislumbrar que a possibilidade de expansão da Rússia no caso da Ucrânia era real. Nesse sentido, a afirmação de KISSINGER (2014) de que a demonização de Putin por parte dos Estados Unidos serve, na verdade, como um álibi para a inexistência de uma política externa para a Rússia está correta. De fato, os interesses russos (e dos russos que habitam a Ucrânia) não foram levados em consideração pelos ocidentais. Um

primeiro passo necessário para a resolução da crise, portanto, seria o de colocar em diálogo interlocutores ocidentais que saibam enxergar uma realidade diferente e reconhecer que, além de a diplomacia ocidental ter errado feio no trato da crise ucraniana, os interesses da Rússia são legítimos, bem como os dos russos que vivem em território ucraniano, pelo bem da própria manutenção dos princípios democráticos no país. Infelizmente, tanto o tratamento da Rússia sem referências aos estereótipos herdados da União Soviética, quanto a existência de uma Ucrânia democrática parecem impossíveis no contexto atual.

Referências

ARBATOV, Alexei G. 1993. “Russia’s Foreign Policy Alternatives”. **International Security** 18 (2): 5–43.

BALMACEDA, Margarita Mercedes. 1998. “Gas, oil and the linkages between domestic and foreign policies: the case of Ukraine”. **Europe-Asia Studies** 50 (2): 257–86.

BARROSO, Durão. 2014. “**Address by President Barroso at the Opening of the Milan General Assembly**”. http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-1043_pt.htm?locale=en. Acessado em 28/04/2012.

BOOTH, Robert. 2011. “Libya: Coalition Bombing May Be in Breach of UN Resolution’s Legal Limits”. **The Guardian**, 28 de março, seç. World news. <http://www.theguardian.com/world/2011/mar/28/libya-bombing-un-resolution-law>. Acessado em 28/04/2012.

CENDROWICZ, Leo. 2014. “Satellite Images Reveal Russian Military Buildup on Ukraine’s Border”. **The Guardian**, 10 de abril, seç. World news. <http://www.theguardian.com/world/2014/apr/10/satellite-images-russian-military-ukraine-border>. Acessado em 28/04/2012.

EDLER, Daniel. 2014. “A má escolha de Yanukovich”. <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/33724/a+ma+escolha+de+yanukovich.s.html>. Acessado em 28/04/2012.

FOXALL, Andrew, e Oren KESSLER. 2014. “Yes, There Are Bad Guys in the Ukrainian Government”. **Foreign Policy**, 18 de março. <http://www.foreignpolicy.com/>

articles/2014/03/18/yes_there_are_bad_guys_in_the_ukrainian_government. Acessado em 28/04/2012.

GANDER, Kashmir. 2014. “Ukraine: Kiev snipers reportedly hired by opposition leaders not Yanukovich according to ‘bugged call’”. **The Independent**. <http://www.independent.co.uk/news/world/ukraine-kiev-snipers-reportedly-hired-by-opposition-leaders-not-yanukovich-according-to-bugged-call-9171328.html>. Acessado em 28/04/2012.

KAYLAN, Melik. 2014. “Why CIA Director Brennan Visited Kiev: In Ukraine The Covert War Has Begun”. **Forbes**. <http://www.forbes.com/sites/melikkaylan/2014/04/16/why-cia-director-brennan-visited-kiev-in-ukraine-the-covert-war-has-begun/>. Acessado em 28/04/2012.

KISSINGER, Henry A. 2014. “How the Ukraine Crisis Ends”. **The Washington Post**, 07 de março, seç. Opinions. http://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html. Acessado em 28/04/2012.

KOCHENOV, Dimitry, e Aleksejs DIMITROVS. 2013. “**EU Citizenship for Latvian’Non-Citizens’: A Concrete Proposal**”. http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2351181.

KOROTAEV, Artyom. 2014. “Putin signs decree on rehabilitation of Crimean Tatars”. **ITAR-TASS**. <http://en.itar-tass.com/russia/728923>. Acessado em 28/04/2012.

KUZIO, Taras. 2005. “From Kuchma to Yushchenko Ukraine’s 2004 Presidential Elections and the Orange Revolution”. **Problems of Post-Communism** 52 (2): 29–44.

———. 2006. “The Orange Revolution at the crossroads”. **DEMOKRATIZATSIYA-WASHINGTON**- 14 (4): 477.

———. 2010. “Viktor Yanukovich’s First 100 Days”. **Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization** 3: 208–18.

LYNCH, Allen C. 2001. “The realism of Russia’s foreign policy”. **Europe-Asia Studies** 53 (1): 7–31.

MACKENZIE, Jean. 2014. “Syria chemical attacks: The controversy continues”. **GlobalPost**. <http://www.globalpost.com/dispatch/news/regions/americas/united-states/140204/syria-chemical-weapons-attacks-controversy-MIT-report>. Acessado em 28/04/2012.

MIELNICZUK, Fabiano. 2014. “Por que aderir à Europa é ruim para a Ucrânia”. **Opera Mundi**. <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/33729/porque+aderir+a+europa+e+ruim+para+a+ucrania.shtml>. Acessado em 28/04/2012.

NORTON-TAYLOR, Richard. 2013. “MI6 and CIA Were Told before Invasion That Iraq Had No Active WMD”. **The Guardian**, 18 de março, seq. World news. <http://www.theguardian.com/world/2013/mar/18/panorama-iraq-fresh-wmd-claims>. Acessado em 28/04/2012.

PARRY, Robert. 2013. “**NYT Backs Off Its Syria-Sarin Analysis | Consortiumnews**”. <http://consortiumnews.com/2013/12/29/nyt-backs-off-its-syria-sarin-analysis/>. Acessado em 28/04/2012.

RAUN, Toivo U. 2011. “The challenges of renewed independence: The Baltic states since 1991”. **Hungarian Studies** 25 (2): 203–13.

SHOTTER, James. 2014. “Four-way talks end with agreement on calming Ukraine tensions”. **Financial Times**, 18 de abril. <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/65ab2f3c-c650-11e3-ba0e-00144feabdc0.html#axzz309hNaqz8>. Acessado em 28/04/2012.

SIMONSEN, Sven Gunnar. 2000. “‘You take your oath only once:’ Crimea, the black sea fleet, and national identity among Russian officers”. **Nationalities Papers** 28 (2): 289–316.

TAYLOR, Peter. 2013. “**Iraq war: the greatest intelligence failure in living memory**”. <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/iraq/9937516/Iraq-war-the-greatest-intelligence-failure-in-living-memory.html>. Acessado em 28/04/2012.

VICE NEWS. 2014. “Ukraine Burning”. <http://www.vice.com/vice-news/ukraine-burning>. Acessado em 28/04/2012.

WILLIAMS, Carol J. 2014. “Russian Prime Minister Visits Annexed Crimea, Promises Investment”. **Los Angeles Times**. <http://www.latimes.com/world/worldnow/la-fg-wn-russia-crimea-dmitry-medvedev-20140331,0,4994528.story#axzz309QLd9Mr>. Acessado em 28/04/2012.

WILSON, Scott. 2014. “Biden Arrives in Ukraine to Show U.S. Support as Crisis with Russia Continues”. **The Washington Post**, 21 de abril, seq. World. http://www.washingtonpost.com/politics/biden-arrives-in-ukraine-to-show-us-support-as-crisis-with-russia-continues/2014/04/21/e4a77800-c960-11e3-a75e-463587891b57_story.html. Acessado em 28/04/2012

Resumo

O presente artigo trata da crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. Para tanto, são apresentados os acontecimentos que deram origem à crise e seus desdobramentos até a anexação da Criméia pela Rússia. Em um segundo momento, os argumentos ocidentais contra a anexação russa são contrastados com os argumentos russos, para que a lógica por trás das ações de Moscou fique mais clara. A seguir, os acontecimentos após a anexação da Criméia são analisados de modo a lançar luz sobre três possíveis cenários decorrentes e suas implicações para as relações internacionais. Na conclusão, a estratégia ocidental para lidar com a Ucrânia é criticada e faz-se um apelo para que a Rússia seja tratada na atualidade sem referências obsoletas do período soviético.

Palavras-chave

Crise ucraniana; Relações Russo-Ucranianas; Segurança Internacional; Europa

Abstract

This article deals with the Ukrainian crisis and its international implications. Firstly, it describes the events that led to the crisis and its aftermath until the annexation of Crimea by Russia. Then, a comparison between Russian and Western perspectives on interventions is offered in order to clarify the logic behind Moscow actions. The following sections treat the events after the annexation of Crimea and the implications of three possible scenarios arising from this crisis for international relations. In the conclusion, the Western strategy to deal with Ukraine is criticized and an appeal is made for Russia to be treated without obsolete references of the Soviet period.

Keywords

Ukrainian Crisis; Russian-Ukrainian Relations; International Security; Europe.

*Artigo recebido dia 23 de abril de 2014.
Aprovado em 30 de abril de 2014.*